

**1º ENCONTRO – ROTEIRO DE ESTUDO**  
**A MANUTENÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR SE SUSTENTA SEM A**  
**EDUCAÇÃO DOS POVOS DO CAMPO? ALGUMAS REFLEXÕES**

1. Como professores de escolas do campo, da região sudoeste do estado do Paraná, uma região de agricultura familiar, com forte potencial de produção de alimentos, de água, de tradições e cultura familiar que cultiva o cuidado com as unidades de produção familiar entre outros aspectos, em que medida podemos nos considerar conhecedores da legislação e das nomenclaturas que são parte do arcabouço legal que nos sustentam como povos do campo de uma região de agricultura familiar? Quais dessas leis conhecemos e sabemos de que tratam e o que trazem de potencial para as famílias de nossos alunos? Quais delas fazem parte dos estudos que desenvolvemos em nossas disciplinas? Como articulamos os direitos que temos como escolas do campo a esta legislação específica de nossa região?

2. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi extinto pelo governo interino de Michel Temer, em 13 de maio de 2016, e unificado com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Esta pasta era responsável pela articulação de políticas voltadas para a agricultura familiar, que responde por 70% da produção de alimentos do país. Com as mudanças o povo que trabalha com esta produção ficou bastante desassistido. Nós professores do campo em nossas escolas, conseguimos acompanhar estas questões para estudar e situar os estudantes e as famílias que as frequentam? Qual a relação entre as políticas de fechamento das escolas do campo, as políticas de transporte escolar que desrespeitam as leis e levam os adolescentes do campo para a cidade, e o desconhecimento das leis da agricultura familiar e seus projetos de continuidade como um modo de vida no campo brasileiro?

3. Importante destaque se faz neste texto sobre as “representações” que todos nós, professores e alunos, temos sobre campo e cidade. Isso pode ser considerado também a nível de país. Quais seriam estas representações? Nem sempre a representação corresponde ao real tal como ele acontece ou está colocado nos contextos. Neste sentido, em que medida as representações que nós temos em relação a campo e cidade influenciam nossas aulas e as formas de conduzir a nossa escola do campo? Conseguimos problematizar e trazer para o real as representações

de nossos alunos? Como a escola e nossas aulas poderiam provocar as representações arraigadas nas famílias, comunidades e em nossos estudantes, para que se aproximem da real importância das relações campo e cidade sem necessariamente seguir um escalonamento de valor?

4. Todos os professores da escola já leram e conhecem o conteúdo do PPP no sentido do trabalho pedagógico e de sua articulação com a legislação com a educação do Campo? Em que medida o PPP de nossa escola está articulado ao processo da agricultura familiar e às políticas de desenvolvimento sustentável e social do país, considerando também espaços de articulação com a cidade? E com a legislação de Educação do Campo, qual é o nível de articulação? No contexto do atual governo, o que representa o PPP em nossas escolas? Ele pode se constituir num documento, um marco de resistência e de encontro entre escola e comunidades e o modo de vida da agricultura familiar?